

A dalberto José Queiroz Telles M arcelo A ndrê R ubens R R A ntônio Souza
de Camargo Aranha Filho M Semer A Nicolitt R Casara A Lemos Júnior
F rederico R affaela Cássia G lendar Malheiros D anielle Souza de Andrade e
Valdez R de Sousa G Guimarães D Silva Cavalcanti N éviton
José Carlos Tajra T adeu Santos M anoel de Queiroz B runo Hermes
Reis Junior T Cardoso M Pereira Calças Leal G isela Aguiar
Rômulo Lago L eonardo Issa F ernando Zardini G raciela de Rezende G Wanderley
e Cruz L Halah F Antonio G Henriquez D ébora Valle de
G récio Nogueira Grégio C arlos Alberto L ucas Salles D Brito A ndrê
M ariana Rezende C Garcete L ucas Salles A Guasti Motta
F abio Aguiar Munhoz C arlos Eduardo R osmar Antonni Rodrigues
Soares A lexandre R ibeiro Lemos R Cavalcanti de Alencar L uis Eduardo
M arcela A Abrahão J oão Pedro C arolina Souza Malta L Fachetti de Oliveira
Santana Lobo J Gebran Neto C Jayme Weingartner C laudia
C Catafesta

ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AMÉRICO BEDÊ JÚNIOR
GUILHERME MADEIRA DEZEM

JUSTIÇA CRIMINAL

NA ÓTICA DOS JUÍZES BRASILEIROS

VOL. I

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Ana Carolina Francisco, Francisco Prado e Marco Antonio Fonseca

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Carina Baptista, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiários: Beatriz Hammond, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

1221683

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Coleção Justiça criminal : vol. 1 / Rogério Schietti Cruz, Américo Bedê Júnior e Guilherme Madeira Dezem, coordenação. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-260-0927-7

1. Direito processual penal - Brasil 2. Justiça criminal - Brasil 1. Cruz, Rogério Schietti. II. Dezem, Guilherme Madeira. III. Bedê Júnior, Américo.

22-117004

CDU-343.1(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Justiça criminal : Direito processual penal 343.1(81)
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. CONTRA O ABOLICIONISMO PROCESSUAL PENAL: A ESPERANÇA DE UM PROCESSO PENAL JUSTO	17
AMÉRICO BEDÊ JÚNIOR	
Introdução	17
1. A utopia abolicionista: o processo penal como instrumento deliberado de opressão e parcialidade – A criação de um abolicionismo processual	18
2. O processo penal como meio de realização da justiça e satisfação da vítima....	21
3. Conclusão – O processo penal justo: equilíbrio entre direitos fundamentais do réu, da vítima e da sociedade	24
Bibliografia	29
2. O PROCESSO PENAL BRASILEIRO EM CONTEXTOS INTERCULTURAIS: OS POVOS INDÍGENAS	31
RAFFAELA CÁSSIA DE SOUSA	
Introdução	31
1. Os povos indígenas como grupos étnicos autodeterminados	32
2. A aplicação de sanções e do sistema jurídico dos próprios povos indígenas....	35
3. Por um processo penal intercultural.....	37
Considerações finais	38
Bibliografia	39
3. TRÊS DESAFIOS PARA A MAGISTRATURA, O PROCESSO PENAL E O DIGITAL	41
GUILHERME MADEIRA DEZEM e ADALBERTO JOSÉ QUEIROZ TELLES DE CAMARGO ARANHA FILHO	
Introdução	41
1. A tecnologia	42
2. Tecnologia e direitos humanos	46
3. O papel do Poder Judiciário	50
4. À guisa de conclusão	53
Bibliografia	54

4.	A GRAÇA CONCEDIDA AO DEPUTADO DANIEL SILVEIRA E A MORA- LIDADE COMO CRITÉRIO DE VALIDADE DO ATO PRESIDENCIAL – UMA ANÁLISE A PARTIR DO POSITIVISMO (INCLUSIVO).....	55
	ANDRÉ NICOLITT e ANTÔNIO SOUZA LEMOS JÚNIOR	
	Introdução	55
	1. O instituto da graça	56
	2. Surgimento do Estado Constitucional de Direito. A conexão meramente contingencial entre direito e moral. A opção do constituinte brasileiro sobre a questão.....	57
	Conclusão.....	62
	Bibliografia	63
5.	IMPARCIALIDADE JUDICIAL: PARÂMETROS DA CORTE INTERAMERI- CANA QUANTO À ATUAÇÃO DO JUIZ PENAL	65
	FREDERICO VALDEZ	
	Introdução	65
	1. Significados subjetivo e objetivo da imparcialidade. O diálogo entre as cortes supranacionais de direitos humanos	66
	1.1. Contornos da elaboração europeia no exame da imparcialidade judicial.....	68
	1.1.1. Referência tópica à imparcialidade objetiva no processo penal ...	70
	2. O controle da imparcialidade do juiz penal pela Corte Interamericana	74
	3. Imparcialidade objetiva e propostas de reforma da legislação processual penal brasileira quanto à atuação funcional e orgânica do juiz penal	77
	Conclusão.....	81
	Bibliografia	82
6.	RESGATANDO A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	85
	MARCELO SEMER	
	Introdução	85
	1. Das provas testemunhais: a palavra do policial.....	87
	2. Da aptidão probatória aos elementos de inquérito.....	89
	3. Da gestão das provas pelo juiz	90
	4. Da generalização da prisão provisória	91
	5. Da excessiva valorização dos registros da vida pregressa	93
	6. Resgatando a presunção de inocência.....	93
	6.1. A palavra do policial	94
	6.2. Do sistema acusatório.....	94
	6.3. Do reconhecimento pessoal.....	95
	6.4. Da violação de domicílio	96
	6.5. Das buscas pessoais	97
	Bibliografia	98

7.	DE NOVO, A IMPARCIALIDADE DO JUIZ CRIMINAL	101
	RUBENS R. R. CASARA	
	1. Autoritarismo, neoliberalismo e transformações das agências do Sistema de Justiça Criminal: a crise da imparcialidade.....	101
	2. Princípio da imparcialidade.....	107
	3. Distinção entre neutralidade e imparcialidade.....	110
	4. A duração razoável do processo e a imparcialidade.....	110
	5. A liberdade de expressão dos juízes.....	111
	6. Princípio da inércia.....	113
	Conclusão.....	114
8.	NOTAS SOBRE O CONTROLE DO ARQUIVAMENTO DA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR EM CASOS DE ATRIBUIÇÃO ORIGINÁRIA DO PROCURADOR-GERAL	115
	DANIELLE SOUZA DE ANDRADE E SILVA CAVALCANTI	
	Introdução.....	115
	1. A etapa de encerramento das investigações preliminares nos tribunais.....	116
	1.1. O arquivamento dos autos da investigação na sistemática do art. 28 do CPP (em sua redação originária).....	116
	1.2. O arquivamento dos autos da investigação na nova redação do art. 28 do CPP (conforme a Lei 13.964/2019).....	119
	2. O arquivamento da investigação nos tribunais: irrecusabilidade do pedido....	121
	3. Necessidade de controle da decisão do titular da ação penal: propostas de ajuste sistêmico.....	124
	Bibliografia.....	128
9.	ESCOLHAS VICIADAS E CHECKS AND BALANCES: QUEM FISCALIZA O FISCALIZADOR NOS CASOS DE ARQUIVAMENTO INDEVIDO DE INQUÉRITOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA?	131
	GLENDER MALHEIROS GUIMARÃES e JOSÉ CARLOS TAJRA REIS JUNIOR	
	Introdução.....	131
	1. Sistema penal acusatório.....	132
	2. MP, CF e processo penal brasileiro.....	134
	3. Poder político e escolha chefia do MP.....	135
	4. Escolhas viciadas e <i>checks and balances</i> : quem fiscaliza o fiscalizador nos casos de arquivamento indevido de inquéritos de competência originária?.....	136
	Conclusão.....	142
	Bibliografia.....	143
10.	O ACORDO DE PERSECUÇÃO PENAL E OS CRIMES FALIMENTARES: ENTRE O TEXTO E O CONTEXTO	145
	TADEU SANTOS CARDOSO e MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS	
	Introdução.....	145
	1. Os crimes falimentares: aspectos gerais.....	146

2.	Os crimes falimentares no plano processual.....	157
3.	O ANPP e os crimes falimentares: (in)viabilidade.....	161
	Conclusão.....	167
	Bibliografia.....	168
11.	A ILEGITIMIDADE DA DENÚNCIA PROLIXA.....	171
	NÉVITON GUEDES	
	Introdução.....	171
1.	Da (in)idoneidade da denúncia penal de comunicar-se com a defesa.....	174
2.	A denúncia e as funções de delimitação e de informação.....	176
3.	A improbabilidade de comunicação de uma denúncia longa.....	178
	Bibliografia.....	180
12.	TERCEIRO EM DISCÓRDIA? O ARTIGO 109, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A JURISDIÇÃO CRIMINAL DE FRONTEIRA.....	181
	BRUNO HERMES LEAL	
	Introdução.....	181
1.	Fronteiras do processo.....	184
	A) O terceiro.....	184
	B) O método.....	187
2.	Crime sem fronteira.....	189
	A) O caso.....	190
	B) A discórdia.....	191
	Considerações finais.....	196
	Bibliografia.....	197
13.	A INVESTIGAÇÃO DE RUA À LUZ DO PRINCÍPIO DA MELHOR PROVA: A GRAVAÇÃO AUDIOVISUAL POR CÂMERAS CORPORAIS (BODY-WORN CAMERAS) COMO METAPROVA E MEIO DE CORROBORAÇÃO DO DEPOIMENTO POLICIAL.....	201
	GISELA AGUIAR WANDERLEY	
	Introdução.....	201
1.	O princípio da melhor prova (<i>best evidence</i>) aplicado às provas irrepetíveis e cautelares produzidas na investigação: a função epistêmica do contraditório e o princípio da cooperação processual.....	203
2.	A necessidade de metaprovas da idoneidade da prova obtida na investigação preliminar.....	206
3.	A necessidade de fontes de corroboração do depoimento policial sobre o fato <i>probandum</i> ocorrido na fase de investigação preliminar.....	207
4.	A gravação audiovisual por câmeras corporais policiais.....	210
	Conclusão.....	213
	Bibliografia.....	214

14. BUSCA PESSOAL, DOMICILIAR E <i>FISHING EXPEDITIONS</i>: UMA BREVE ANÁLISE DAS RECENTES DECISÕES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO HC 663.055/MT E NO RHC 158.580/BA	215
LEONARDO ISSA HALAH	
Introdução	215
1. Conceituando <i>fishing expedition</i>	216
2. Origens e evolução histórica do tema	217
3. Recurso Ordinário no <i>Habeas Corpus</i> 158.580/BA – Busca pessoal.....	222
4. <i>Habeas Corpus</i> 663.055/MT– Desvio de finalidade e busca domiciliar.....	224
Conclusões	227
Referências Bibliográficas	228
15. O PROBLEMA DA VERDADE NO PROCESSO PENAL: A RELAÇÃO ENTRE FATO E PROVA NO CONTEXTO DAS ATITUDES PROPOSICIONAIS	231
RÔMULO LAGO E CRUZ	
Introdução	231
1. A epistemologia e a epistemologia judiciária	232
1.1. A falibilidade e a incerteza científicas	233
1.2. A ciência do direito e a epistemologia judiciária	234
1.3. Epistemologia judiciária e garantismo penal: como se obter uma decisão justa?	235
1.3.1. Os universos do direito: entre normas jurídicas e fatos.....	236
1.3.2. A observância do devido processo legal.....	237
2. Pressupostos para a adoção de um modelo racionalista de valoração e provas	238
2.1. A busca da verdade enquanto finalidade precípua do processo penal ...	239
2.2. Adoção da teoria da verdade como correspondência	241
2.3. Recurso epistêmico da probabilidade indutiva ou lógica para a valoração da prova.....	242
3. Prova no contexto das atitudes proposicionais.....	243
3.1. Prova sem convicção do julgador	244
3.2. Aceitabilidade e contextualização probatória	245
Conclusão.....	246
Bibliografia	246
16. A LEI Nº 13.964/2019 E A PRISÃO PREVENTIVA DE OFÍCIO	249
FERNANDO ZARDINI ANTONIO	
Introdução	249
1. A Lei nº 13.964/2019 e a prisão preventiva de ofício: interpretação jurisprudencial.....	253
2. O prestígio ao sistema acusatório e a vedação à proteção deficiente	255
Conclusão.....	260
Bibliografia	261

17.	CRITÉRIOS DE INTERPRETAÇÃO DA LEI N. 7.960/90 FIXADOS PELO STF PARA PRISÕES TEMPORÁRIAS NO JULGAMENTO DAS ADIS 4.109/DF E 3.360/DF	263
	GRACIELA DE REZENDE HENRIQUEZ	
	Considerações iniciais	263
	1. Conceito de prisão temporária	263
	2. Requisitos e prazo	264
	3. Legitimidade para requerimento	265
	4. Decurso do prazo da prisão temporária	265
	5. As decisões do STF nas ADIs nºs 4.190 e 3.360	266
	Conclusões	275
18.	AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA – ILEGAL, IMORAL, ENGORDA? UMA RELEITURA CONTEMPORÂNEA E À LUZ DO DIREITO COMPARADO	277
	GRÉCIO NOGUEIRA GRÉGIO	
	Introdução	277
	1. Contextualização	279
	2. Por que realizar a audiência de custódia?	280
	3. Princípios aplicáveis nas AC.....	282
	4. Tempo e modo – Vídeo x presencial, eis a questão?	286
	5. Presença do MP e da Defesa	291
	6. O uso de medidas cautelares menos gravosas que a prisão	292
	7. Debilidade mental, portadores de necessidades especiais e as AC	292
	8. Presença de policiais – Agentes de escolta e uso de algemas	294
	Conclusão.....	294
19.	TRIBUNAL DE JÚRI SOB A PERSPECTIVA DE PARIDADE DE GÊNERO: UMA PROPOSTA PARA O CONSELHO DE SENTENÇA	295
	CARLOS ALBERTO GARCETE	
	Introdução	295
	1. Necessidade da paridade de gênero no Poder Judiciário	296
	2. Necessidade da paridade de gênero no tribunal de júri. Atualmente, como é formado o Conselho de Sentença?.....	297
	3. Projeto de lei do novo Código de Processo Penal.....	299
	4. Implantando a paridade de gênero no Conselho de Sentença de Tribunal do Júri	300
	Bibliografia	305
20.	A CONFORMAÇÃO DO FATO ESTRANGEIRO AO ORDENAMENTO JURÍDICO INTERNO NA TRANSFERÊNCIA DE PESSOA CONDENADA	307
	DÉBORA VALLE DE BRITO	
	Introdução	307
	1. Fundamentos da dupla incriminação	310

2.	A necessária superação da dicotomia sobre a análise da dupla incriminação em concreto ou em abstrato	313
	Conclusão	316
	Bibliografia	318
21.	TRIBUNAL DO JÚRI NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: CRÍTICAS E PROPOSIÇÕES	319
	LUCAS SALLES	
1.	Ideias preliminares. O Tribunal Popular como ferramenta de realização da cidadania ativa	319
2.	Incomunicabilidade dos jurados. Ofensa à deliberação democrática.....	323
3.	Absolvição a partir do quesito genérico e apelação com base em pretensão julgamento contrário à prova dos autos. Ofensa à soberania dos veredictos ...	324
4.	Justificação das decisões do júri popular. Ofensa à soberania dos veredictos....	328
5.	Linhas de encerramento	329
	Bibliografia	331
22.	JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO NO PROCESSO PENAL: UMA CONSTRUÇÃO TANTO POSSÍVEL QUANTO NECESSÁRIA.....	333
	MARIANA REZENDE FERREIRA YOSHIDA	
	Introdução	333
1.	Notas conceituais: o que é julgamento com perspectiva de gênero?	336
2.	Por que e como julgar com perspectiva de gênero?	338
2.1.	Arcabouço normativo: por que julgar com perspectiva de gênero?	338
2.2.	O fazer jurisdicional na prática: como julgar com perspectiva de gênero no processo penal	342
2.2.1.	Diretrizes Nacionais Femicídio: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres....	343
2.2.2.	Julgamento com Perspectiva de Gênero: um guia para o direito previdenciário	346
2.2.3.	Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero	347
	Conclusões	351
	Bibliografia	352
23.	CALIBRAÇÃO NO PROCESSO PENAL POR CRIME TRIBUTÁRIO	355
	ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR	
	Introdução	355
1.	Crime tributário e hipótese acusatória	356
2.	Procedimento e tutela da liberdade	359
3.	Calibração e norma sobre justa causa para a ação penal.....	361
	Conclusão	363
	Bibliografia	364

24.	STANDARD DE PROVA E A FALTA GRAVE NA EXECUÇÃO PENAL: O COMETIMENTO DE NOVO DELITO DURANTE O CUMPRIMENTO DA PENA, A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E A EXIGÊNCIA DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA COMO STANDARD PROBATÓRIO MÍNIMO	365
	ANDRÉ GUASTI MOTTA	
	Introdução	365
	1. A falta grave na execução penal – Hipóteses e aspectos gerais	366
	2. O <i>standard</i> de prova – Conceito – Aplicação no âmbito do processo penal.....	369
	3. O <i>standard</i> de prova, a presunção de inocência e o cometimento de novo crime durante a execução penal – Recebimento da denúncia como <i>standard</i> probatório mínimo	372
	Conclusão.....	376
	Bibliografia	379
25.	INSURGÊNCIA URBANA, ARMAS DE GUERRA E LEGÍTIMA DEFESA (REFLEXÕES SOBRE A LEI DO ABATE)	381
	ALEXANDRE ABRAHÃO, CARLOS EDUARDO RIBEIRO LEMOS e LUÍS EDUARDO FACHETTI DE OLIVEIRA	
	Introdução	381
	A Realidade Brasileira	385
	Conclusão.....	387
26.	AUTOLAVAGEM DE DINHEIRO NO BRASIL: UMA TIPICIDADE DECOTADA POR PRINCÍPIOS	391
	CAROLINA SOUZA MALTA	
	Introdução	391
	1. O silêncio da Lei nº 9.613/98 e suas repercussões.....	392
	2. A admissão da autolavagem pelos Tribunais Superiores e os limites impostos à criminalização	396
	3. As dificuldades práticas enfrentadas no enquadramento das condutas como autolavagem.....	401
	4. A necessidade de parâmetros objetivos	406
	Conclusão.....	408
	Bibliografia	409
27.	MENOR INFRATOR OU ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI? REFLEXÕES SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO DE ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS NO BRASIL	415
	CLAUDIA CATAFESTA	
	Introdução	415
	1. Doutrina da situação irregular e doutrina da proteção integral: a necessidade de mudança de paradigma na socioeducação	417
	2. O reconhecimento da condição peculiar de desenvolvimento de adolescentes autores de ato infracional	421

Considerações finais	426
Bibliografia	427
28. BREVE ENSAIO SOBRE A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES: UMA DIVERGÊNCIA A SER SUPERADA.....	431
FABIO AGUIAR MUNHOZ SOARES	
Bibliografia	442
29. ENTRE PODERES E AFETOS, A TIPICIDADE DA TORTURA-CASTIGO-SUBJUGAÇÃO DE GÊNERO.....	443
JAYME WEINGARTNER NETO	
Introdução	443
1. Conceito pré-típico de tortura como farol hermenêutico	444
2. A tipicidade [ampla] da tortura	445
3. A especificidade da tortura-castigo no âmbito da violência doméstica. Descarte da posição de garante, um diálogo com o STJ	448
4. Conclusão: a tortura-subjugação de gênero, uma intersecção típica	455
30. DESAFIOS AO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA.....	457
JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	
1. Colaboração premiada e a lei anticrime	457
2. Da negociação da colaboração premiada	459
3. Do conteúdo dos acordos	463
4. Da atuação judicial na colaboração premiada	466
5. Questões práticas relevantes	476
5.1. Os acordos de colaboração não podem limitar a reparação do dano, vez que atinge direito da vítima	476
5.2. A suspensão do processo (prevista no art. 4º, § 3º, da Lei 12.850/2013) é medida prévia adequada para aferição da efetividade da colaboração, mediante a corroboração das alegações, antes da homologação do acordo de colaboração	476
5.3. A homologação do acordo de colaboração representa o momento mais importante, sendo dever do magistrado realizar a sindicabilidade dos elementos do acordo, bem como o equilíbrio entre o prêmio e a efetividade da colaboração, apurando num juízo de “eficácia virtual” ou “eficácia aparente” da colaboração	477
5.4. Havendo pluralidade de fatos não conexos, objeto de colaboração, a homologação de acordo deve se dar perante todos e cada um dos juízos competentes (ressalvadas as competências firmadas por prerrogativa de foro).....	478
5.5. Os diversos acordos de colaboração firmados por um mesmo colaborador em diferentes processos devem conter cláusulas conciliáveis, cumprindo ao advogado do colaborador, por força do dever de lealdade e boa-fé,	

	informar os juízos sobre a existência de acordos anteriores, a fim de viabilizar a compatibilização	479
5.6.	As penas acordadas nos pactos de colaboração devem ser preferencialmente móveis, devendo, o Poder Judiciário, depois de homologado o acordo, conferir deferência ao acordado, fixando deveres nos limites das obrigações assumidas no pacto, como modo de conferir maior segurança jurídica	480
5.7.	As cláusulas que suspendem a investigação, após o decurso de determinado tempo e condições, devem condicionar a suspensão dos processos após o recebimento da denúncia.....	481
	Conclusão.....	481
31.	MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA E AUDIÊNCIAS: ESTRATÉGIA DE ACESSO QUALIFICADO DAS MULHERES À JUSTIÇA	483
	MARCELA SANTANA LOBO	
	Introdução	483
1.	Diretrizes procedimentais para as medidas protetivas de urgência na Lei 11.340/2006	485
2.	A importância de identificação dos fatores de risco para o acolhimento da vítima	488
3.	A reconstrução da autonomia da mulher no enfrentamento à violência e a realização das audiências de verificação	490
	Considerações finais	493
	Bibliografia	493

Guilherme Américo Grécio Nogueira Mariana Peisino André Guasti
Madeira Dezem Bedê Júnior Grégio do Amaral Motta
Ewerton Glander Malheiros Jacob Arnaldo Ney de Barros Guilherme
Nicoli Guimarães Campos Farache Nello Filho Gomes Vieira
Glaucio Roberto Gilberto Azevedo Orlando Claudia Rodrigo
Brittes de Araujo de Moraes Costa Faccini Neto Catafesta Rodrigues Dias
José Carlos Iajra Marcela Adriana Ramos Lívia de Meira Gisela Aguiar
Reis Junior Santana Lobo de Mello Lima Paiva Wanderley
Fernando Zardini Raffaella Cássia Leonardo Graciela de Rezende Mariana Marinho
Antonio de Sousa Lissa Halah Henriquez Machado
Rosmar Antonni Rodrigues Carolina Bruno Jayme
Cavalcanti de Alencar Souza Malta Hermes Leal Weingartner Neto
Leandro Danielle Souza de Andrade Eduarda Farias
L. Cadenas Prado e Silva Cavalcanti Fontenele

ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AMÉRICO BEDÊ JÚNIOR
GUILHERME MADEIRA DEZEM

JUSTIÇA CRIMINAL

A PROVA NO PROCESSO PENAL

NA ÓTICA DOS

JUÍZES BRASILEIROS

VOL. II

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Ana Carolina Francisco

Estagiária: Aline Pavanelli

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital

Gerente de Conteúdo

MILSA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Emanuel Silva, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analistas de Operações Editoriais: Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araújo, Rodrigo Araújo e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

Capa: Linotec

Adaptação capa: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Coleção Justiça Criminal na ótica dos juízes brasileiros : vol. 2 / Rogério Schietti Cruz, Américo Bedê Júnior e Guilherme Madeira. — Dezem, coordenação — São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.
Vários autores.

Bibliografia.
ISBN 978-65-260-0082-3

1. Direito processual penal - Brasil 2. Juízes - Brasil 3. Justiça criminal - Brasil 4. Prova (Direito) - Brasil I. Cruz, Rogério Schietti. II. Dezem, Guilherme Madeira. III. Bedê Júnior, Américo.

23-162635

CDU-343.1(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Justiça criminal : Direito processual penal 343.1(81)

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROJETOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS CRIMINAL	15
GUILHERME MADEIRA DEZEM	
Introdução	15
1. A importância da ética e os riscos de inebriar-se	17
2. Valores em jogo	19
3. Inspiração estrangeira: ponto de partida ou de chegada?	21
4. Projetos existentes	23
5. Alguns pontos sensíveis	25
Conclusão	27
Referências bibliográficas	28
2. UMA CRÍTICA AO GARANTISMO DE FERRAJOLI: LIMITES E POSSIBILIDADES	31
AMÉRICO BEDÊ JÚNIOR	
Introdução	31
1. Garantismo e verdade. Verdade aproximativa fática e verdade opinativa jurídica. Tratados internacionais de direitos humanos e o direito à verdade <i>versus</i> o positivismo de Ferrajoli (<i>auctoritas non veritas facit legem</i>)	36
2. Limites e possibilidade do garantismo. Por quais razões o garantismo deve englobar a proteção dos direitos das vítimas e o papel do processo penal em um Estado Democrático de Direito. Lealdade processual e garantismo?	43
3. O que significa ser um juiz garantista? Poderes instrutórios do juiz e sua compatibilidade com o garantismo	54
4. Garantismo enquanto uma forma relevante de implementar direitos humanos, mas não a única. Fragilidades como meio de defesa da democracia.	68
Conclusão: ainda e sempre o garantismo.	78
Referências bibliográficas	81

3.	A INDELEGABILIDADE DA PRODUÇÃO E VALORAÇÃO PROBATÓRIA NO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS	83
	GRÉCIO NOGUEIRA GRÉGIO e MARIANA PEISINO DO AMARAL	
	Introdução	83
	1. A atuação probatória em concreto	84
	2. O ser interpretativo	85
	3. Do referencial jurídico para reconhecimento do vício do ato.....	87
4.	A RESISTÊNCIA À UTILIZAÇÃO DA VIDEOCONFERÊNCIA NA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E O MITO DA CAVERNA	91
	ANDRÉ GUASTI MOTTA e EWERTON NICOLI	
	Introdução	91
	1. A utilização da videoconferência na audiência de custódia e o “mito da caverna”	92
	2. A introdução da audiência de custódia no Brasil.....	94
	3. O conceito de apresentação e a restrição genérica à realização da audiência por videoconferência contida na reforma processual de 2019 – uma defesa da utilização da tecnologia	97
	Conclusão	102
	Referências bibliográficas	102
5.	A SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA COMO LIMITE TEMPORAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	105
	GLENDER MALHEIROS GUIMARÃES	
	Introdução	105
	1. A prova e a presunção jurídica	106
	1.1. O Processo Penal e a Verdade	106
	1.2. O objeto da prova no Processo Penal. As presunções <i>iuris tantum</i> e <i>iuris et de iuri</i> e a Presunção Aparente	106
	2. A presunção de inocência e suas facetas como princípio informador do Processo Penal, regra de tratamento do acusado e regra de julgamento.....	108
	2.1. A presunção de inocência como princípio informador do Processo Penal ...	109
	2.2. A presunção de inocência como regra de tratamento do imputado.....	110
	2.3. A presunção de inocência como regra de julgamento	111
	3. A presunção de inocência como regra probatória	111
	3.1. A prova e o Sistema Acusatório.....	112
	4. A sentença penal condenatória de primeira instância como limite temporal da presunção de inocência	114
	Conclusão	120
	Referências bibliográficas	122

6.	A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER E O DESAFIO PROBATÓRIO PARA CONFIGURAÇÃO DO CRIME PREVISTO NO ARTIGO 147-B DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO (CPB)	125
	JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE	
	Introdução	125
	1. A violência estrutural: conceito, características e tipos.....	126
	2. A proteção normativa internacional e nacional da mulher: breves ponderações	130
	3. O crime do artigo 147-B do Código Penal brasileiro: “e agora José?”	133
	Considerações finais.....	135
	Referências bibliográficas	136
7.	APLICATIVOS DE TROCA DE MENSAGENS E VALOR PROBATÓRIO: O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO PROCESSO PENAL	137
	NEY DE BARROS BELLO FILHO e GUILHERME GOMES VIEIRA	
	Introdução	137
	1. Aspectos probatórios no Processo Penal.....	138
	2. Novas tecnologias na troca de mensagens e jurisprudência dos tribunais superiores.....	139
	Considerações finais.....	144
	Referências bibliográficas	144
8.	ATIVIDADE INSTRUTÓRIA SUPLETIVA DO JUIZ NO PROCESSO PENAL – HIPÓTESES COMPLEMENTARES DE PROBLEMATIZAÇÃO	147
	GLAUCIO ROBERTO BRITTES DE ARAUJO e GILBERTO AZEVEDO DE MORAES COSTA	
	1. Modelos acusatório, inquisitivo e misto	147
	2. Poder instrutório do juiz nos sistemas de <i>civil law</i>	149
	3. Poder instrutório do juiz no ordenamento brasileiro	151
	4. Momento em que se faz possível a iniciativa probatória do juiz	154
	5. Espécies de provas admitidas por iniciativa do juiz	155
	6. Finalidade da atividade supletiva instrutória.....	156
	Conclusões	160
	Referências bibliográficas	161
9.	COMO SE PROVA O DOLO?	167
	ORLANDO FACCINI NETO	
	Introdução.....	167
	1. O que provar no Processo Penal?.....	168
	2. O dolo	169
	3. Provar o dolo?	171
	Conclusão	172
	Referências bibliográficas	172

10. CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA: A AVALIAÇÃO PRELIMINAR COMO GARANTIA DA PROTEÇÃO INTEGRAL NO DEPOIMENTO ESPECIAL.....	175
CLAUDIA CATAFESTA e RODRIGO RODRIGUES DIAS	
Introdução.....	175
1. Doutrina da proteção integral e o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos: do que estamos falando?	177
2. A Lei nº 13.431/17 e o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência	179
3. A avaliação preliminar ao depoimento especial: a experiência do TJPR.....	182
Considerações finais.....	184
Referências bibliográficas	185
11. DA LIMITAÇÃO PROBATÓRIA NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	187
JOSÉ CARLOS TAJRA REIS JUNIOR	
Introdução.....	187
1. O Tribunal do Júri.....	188
1.1. Considerações preliminares	188
1.2. A instrução plenária	189
2. Das limitações probatórias no plenário do júri	190
2.1. Da menção à decisão de pronúncia ou que admitiu a acusação.....	190
2.2. Referências à determinação do uso de algemas e silêncio do réu	194
2.3. A prova ilícita e o conhecimento dos jurados	195
2.4. Da proibição da tese de legítima defesa da honra.....	197
2.5. Do prazo para a juntada de documentos novos	200
Conclusão	202
Referências bibliográficas	203
12. DEPOIMENTO ESPECIAL E CRIMES SEXUAIS: O DEVER DE ESCUTA PROTEGIDA DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	205
MARCELA SANTANA LOBO	
Introdução.....	205
1. Enfrentamento à violência institucional enquanto violência de gênero.....	208
2. Mulheres e sua escuta humanizada: a aplicação do depoimento especial na apuração de crimes contra a dignidade sexual.....	212
Considerações finais.....	214
Referências bibliográficas	214

13. A PALAVRA DA MULHER NOS PROCESSOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL: APLICAÇÃO PRÁTICA DO PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO DO CNJ	217
ADRIANA RAMOS DE MELLO e LÍVIA DE MEIRA LIMA PAIVA	
Introdução	217
1. Estereótipos, discriminação e discurso jurídico	220
2. A análise das provas com lentes de gênero e a aplicação prática do protocolo do CNJ	223
3. A palavra da vítima e a audiência de instrução e julgamento nos crimes contra a dignidade sexual.....	228
Bibliografia	230
14. INDÍCIOS RAZOÁVEIS, FUNDADA SUSPEITA, FUNDADAS RAZÕES? UMA PROPOSTA DE <i>STANDARD</i> PROBATÓRIO PARA MEDIDAS INVESTIGATIVAS INVASIVAS.....	233
GISELA AGUIAR WANDERLEY	
Introdução	233
1. <i>Standards</i> probatórios: distribuição do risco de erro e tendência geral ascendente.....	234
2. <i>Standards</i> probatórios na fase de investigação preliminar: algumas premissas	236
3. Uma proposta de <i>standard</i> probatório para as medidas investigativas invasivas...	238
3.1. O elemento “a”: mínima corroboração da hipótese investigada.....	239
3.2. O elemento “b”: exaurimento das medidas não invasivas ou menos invasivas.....	241
3.3. Requisitos cumulativos eventuais: cabimento e formalidades legais	242
Conclusão	243
Referências Bibliográficas	243
15. INVIOABILIDADE DOMICILIAR E FLAGRANTE DE CRIMES PERMANENTES	245
FERNANDO ZARDINI ANTONIO	
Introdução	245
1. A inviolabilidade domiciliar	246
2. A interpretação jurisprudencial e doutrinária da inviolabilidade domiciliar	248
3. Inviolabilidade domiciliar e flagrante de crimes permanentes.....	253
Conclusão	255
Referências bibliográficas	256

16. LAUDO ANTROPOLÓGICO NAS AÇÕES CRIMINAIS ENVOLVENDO PESSOA INDÍGENA: PRINCIPAIS ASPECTOS DA PRODUÇÃO DA PROVA	259
RAFFAELA CÁSSIA DE SOUSA	
Introdução.....	259
1. O que é perícia antropológica?	261
2. Os aspectos gerais da perícia antropológica nos processos criminais envolvendo pessoas indígenas	262
3. As Resoluções 287/2019 e 454/2022 do CNJ e a produção de laudos periciais antropológicos.....	264
Considerações finais.....	268
Referências bibliográficas	269
17. O CONTROLE JUDICIAL DA ATIVIDADE POLICIAL E O FENÔMENO “DROPSY” À BRASILEIRA: “O RÉU FRANQUEOU A ENTRADA” E OUTRAS ESTÓRIAS	271
LEONARDO ISSA HALAH	
Introdução.....	271
1. A experiência dos EUA no controle da atividade policial.....	272
2. Do “dropsy” ao “testilying”	273
3. “Dropsy” e “testilying” à brasileira: “arredondando a ocorrência”	276
4. Algumas possíveis soluções.....	279
Conclusão	282
Referências bibliográficas	283
18. O VALOR PROBATÓRIO DA INVESTIGAÇÃO E A PROCESSUALIZAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL: DA PRODUÇÃO À VALORAÇÃO	285
GRACIELA DE REZENDE HENRIQUEZ	
Introdução.....	285
1. O inquérito policial e a produção dos elementos informativos na fase investigatória no ordenamento jurídico brasileiro	286
2. A valoração dos elementos de informação na persecução penal.....	288
3. A processualização dos procedimentos na Constituição de 1988 e a possível processualização dos inquéritos policiais	291
Considerações finais.....	295
Referências bibliográficas	296
19. OS PRECEDENTES JUDICIAIS EM MATÉRIA DE PROVA NO PROCESSO PENAL: DIRETRIZES E IMPORTÂNCIA	299
MARIANA MARINHO MACHADO	
Introdução.....	299
1. O sistema de precedentes judiciais vinculantes	300
2. A aplicação dos precedentes ao processo penal.....	302

3. Precedentes em matéria probatória nos tribunais superiores.....	304
Considerações finais.....	308
Referências bibliográficas.....	309
20. PARÂMETRO DA PROVA NO PROCESSO PENAL.....	311
ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR	
Introdução.....	311
1. O parâmetro probatório no sistema continental.....	312
2. O parâmetro probatório no sistema realista do direito comum.....	315
3. Relação entre corpo de delito e indícios.....	317
4. Verdade no processo penal.....	318
Conclusão.....	320
Referências bibliográficas.....	320
21. PRODUÇÃO DE PROVAS EM COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: A QUESTÃO DO INGRESSO DA PROVA ESTRANGEIRA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO SEM A PARTICIPAÇÃO DA AUTORIDADE CENTRAL.....	323
CAROLINA SOUZA MALTA	
Introdução.....	323
1. Modalidades de cooperação internacional.....	324
2. Produção probatória por cooperação internacional ativa: papel da Autoridade Central, <i>lex diligentiae</i> e a cláusula da ordem pública.....	325
3. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.....	327
4. Ingresso da prova estrangeira sem a participação da autoridade central: parâmetros de apuração da validade.....	329
Conclusão.....	333
Referências bibliográficas.....	333
22. RECONHECIMENTO PESSOAL EM PERSPECTIVA COMPARADA: AS CONTRIBUIÇÕES DO PROCESSO PENAL ITALIANO À RECONSTRUÇÃO DO ART. 226 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIRO.....	337
BRUNO HERMES LEAL	
Introdução.....	338
1. A invenção do real.....	339
2. Imagens da justiça.....	344
Considerações finais.....	353
Referências.....	353
23. “TÁ LÁ O CORPO ESTENDIDO NO CHÃO”? A [PROVA DA] MATERIALIDADE NO PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	357
JAYME WEINGARTNER NETO	
Introdução.....	357

1.	Uma paixão sombria projeta-se no campo probatório	358
2.	Crimes de resultado naturalístico e respectiva prova: breve quadro processual ...	359
3.	As singularidades que demarcam o procedimento do Tribunal do Júri, ou “espantando o paradoxo de um corpo de delito espectral”	362
	Conclusão	368
24.	NOÇÕES GERAIS SOBRE TEORIA DA PROVA	371
	LEANDRO CADENAS PRADO	
	Introdução	371
1.	Provas	371
1.1.	Conceito e finalidades	372
1.2.	Classificação	372
1.3.	Princípios	374
1.4.	Meios de prova	376
1.5.	Ônus da prova	376
	Conclusão	377
25.	VERDADE, PROVA E EPISTEMOLOGIA JUDICIÁRIA: A NECESSIDADE DO CONTROLE RACIONAL DA ATIVIDADE JUDICIAL A PARTIR DOS STANDARDS DE PROVA	379
	DANIELLE SOUZA DE ANDRADE E SILVA CAVALCANTI e EDUARDA FARIAS FONTENELE	
	Introdução	379
1.	A busca da verdade e suas concepções	380
1.1.	A (não) dicotomia entre verdade processual e verdade real	381
1.2.	Questionamentos acerca da possibilidade do conhecimento da verdade processual	383
2.	A atividade probatória à luz dos valores epistêmicos	384
2.1.	A imparcialidade do juiz	385
2.2.	O contraditório	385
2.3.	Presunção de inocência	386
2.4.	A razoável duração do processo	386
2.5.	O duplo grau de jurisdição	387
3.	A valoração probatória	387
3.1.	Métodos de valoração	388
4.	A decisão e a imprescindibilidade da fixação dos <i>standards</i> de prova	389
4.1.	<i>Standard</i> de prova como critério de decisão	390
4.2.	Motivação judicial e o controle epistemológico	391
	Conclusão	392
	Referências bibliográficas	392